



Renan Santos (Missão) segura fraldas com nomes de Lula e Flávio

Kim Kataguirí propõe punição a candidato que faltar a debate

O deputado federal Kim Kataguirí (Missão-SP) apresentou nesta segunda-feira (24) na Câmara o Projeto de Lei 5.147/2026, que torna obrigatória a participação de candidatos a cargos majoritários em debates de rádio e TV quando o partido tiver ao menos cinco parlamentares no Congresso. A proposta foi apresentada após Lula (PT), Flávio Bolsonaro (PL) e Romeu Zema (Novo) faltarem ao debate presidencial da Band, realizado no domingo (23). Ronaldo Caiado (PSD), Renan Santos (Missão) e Augusto Cury (Avante) compareceram. Pelo projeto, o candidato convidado com pelo menos 72 horas de antecedência deverá comparecer ou justificar a ausência. A falta sem justificativa poderá reduzir em 15% o tempo de propaganda eleitoral gratuita e em 15% os recursos do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário da legenda, a cada debate não comparecido.

Justiça nega pedido liminar para retirar vídeo

O TRE-SP negou pedido liminar da candidata a deputada federal, Silvia Abravanel(PSD), filha de Silvio Santos, a retirar do Instagram uma publicação do humorista Oscar Filho. Ela alegou que o conteúdo descontextualizou material de sua campanha sobre inclusão de pessoas com deficiência e associou sua candidatura ao uso de inteligência artificial. O relator entendeu que, nesta fase, não há prova clara de informação falsa ou conteúdo ilícito. O pedido de direito de resposta ainda será julgado.



Silvia Abravanel(PSD) pediu a retirada de vídeo de Oscar Filho

Tucanos criticam direção do PSDB em SP

54 integrantes do PSDB divulgaram carta aberta em que criticam os rumos da direção provisória do partido em São Paulo. O grupo contesta a decisão de não lançar candidaturas majoritárias no estado e o apoio a nomes ligados a outras forças políticas. Entre os signatários estão Mario Covas Neto, ex-vereador da capital, e José Aníbal, ex-presidente nacional do PSDB e ex-senador. O documento também defende a retomada do protagonismo eleitoral da legenda e a preservação de sua linha social-democrata.

Mandatos cassados após fraude na cota de gênero

A Justiça Eleitoral cassou os mandatos de vereadores eleitos em Lucianópolis e Pilar do Sul após reconhecer fraude à cota de gênero nas eleições de 2024. Segundo a Corte, PDT e MDB lançaram candidaturas femininas fictícias para cumprir o mínimo legal de 30%. Os votos das chapas foram anulados e haverá novo cálculo dos quocientes eleitoral e partidário, o que pode alterar a composição das Câmaras.

Pesquisa para Governador

Pesquisa Real Time Big Data divulgada nesta segunda (24) aponta Tarcísio de Freitas (Republicanos) com 52% e Fernando Haddad (PT) com 35% para o governo de SP. Vivian Mendes (UP) tem 1%. Carlos Machado (PCB), Izadora Dias (PCO), Policial Edjane (Agir) e Vera Lúcia (PSTU) somam 1%. Brancos e nulos são 5% e indecisos, 6%. Foram ouvidos 2 mil eleitores.

Pesquisa para o Senado

A mesma pesquisa, realizada de 19 a 22/agosto com registro SP-01347/2026, mostra empate técnico na disputa ao Senado em SP: Guilherme Derrite (PP) tem 18%; Simone Tebet (PSB), 17%; André do Prado (PL), 15%; Marina Silva (Rede), 14%; Ricardo Salles (Novo), 10%; Soninha Francine(Cid), 3%; Guto Schiavetto (Missão) e Geraldo Rufino (Podemos), 2% cada.

Fim da Cracolândia ?

Tarcísio de Freitas (Republicanos) recebeu nesta segunda (24) apoio de comerciantes do Centro de SP à reeleição. Em ato no Bar Brahma, defendeu a continuidade da revitalização da região. Citou reforço policial e anunciou um polo de inteligência artificial com USP e Fapesp na área onde ficava a Cracolândia, além da reforma de 17 prédios tombados.

Associação Brasil Laico

Ainda sobre o governador, a Associação Movimento Brasil Laico pediu à PRE-SP investigação contra Tarcísio de Freitas (Republicanos) por sua participação em evento de uma igreja evangélica, em 17 de agosto. A representação também cita Guilherme Derrite (PP) e André do Prado (PL) e aponta suposto abuso de poder político e econômico durante a campanha.

Ricardo Salles

A coligação Desperta São Paulo, formada por PT, PCdoB, PV, PSB, PDT, PSOL e Rede, acionou o TRE-SP para tentar impedir a circulação do ônibus da caravana “Fora Lula”, de Ricardo Salles (Novo), candidato ao Senado. A ação, protocolada no domingo (23), alega que o veículo produz efeito semelhante a outdoor. A Justiça analisa o caso.

Haddad na capital

O candidato a governador, Fernando Haddad (PT) cumpre agenda de campanha em São Paulo na segunda (24) e terça (25). Ontem, participou de sabatina do UOL/Folha e faz caminhada em São Miguel Paulista. Nesta terça, grava o programa eleitoral pela manhã, participa de sabatina da Veja, às 14h, e do Fórum Eleições da Abdib, às 15h30.



Condenação é pelo uso indevido dos meios de comunicação nas eleições 2024.

TRE-SP mantém Pablo Marçal inelegível até 2032 e multa

Tribunal negou novo recurso; candidatura à Presidência ainda depende do TSE

Da **Redação**

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), José Antonio Encinas Manfré, negou recursos apresentados pela defesa de Pablo Marçal (PRTB) contra a condenação que o tornou inelegível até 2032. A decisão também mantém multa de R\$ 420 mil aplicada ao ex-candidato à Prefeitura de São Paulo por uso indevido dos meios de comunicação social durante a campanha eleitoral de 2024.

Marçal, que teve a candidatura à Presidência da República registrada pelo PRTB para as eleições deste ano, tentava reverter integralmente a condenação. O processo teve origem em uma ação movida pelo PSB. Segundo a Justiça Eleitoral paulista, as provas demonstraram que o então candidato a prefeito montou uma estrutura para remunerar influenciadores digitais responsáveis pela produção e divulgação de vídeos de “cortes” durante a disputa municipal. Marçal terminou a eleição de 2024 em terceiro lugar.

A defesa já havia sofrido outra derrota no tribunal. Em 5 de agosto, o plenário do TRE-SP rejeitou, por 7 votos a 0, embargos de declaração apresentados contra o acórdão de dezembro de 2025 que estabeleceu a inelegibilidade por oito anos. No

novo recurso, a defesa buscava anular tanto a restrição eleitoral quanto a multa.

O TRE-SP também negou um recurso do Ministério Público Eleitoral (MPE). O órgão pretendia restabelecer acusações de abuso de poder econômico e de captação e gastos ilícitos de recursos. O presidente do tribunal afirmou que o acórdão anterior concluiu não haver provas suficientes dessas condutas.

A situação eleitoral de Marçal também é analisada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na quinta-feira (20), a Corte decidiu por unanimidade, em caráter cautelar, impedir o candidato de acessar recursos dos fundos eleitoral e partidário, participar da propaganda eleitoral no rádio e na televisão e comparecer a debates. As restrições permanecem enquanto o TSE analisa o registro da candidatura à Presidência.

No processo no TSE, o MPE também questiona a filiação partidária de Marçal. O órgão sustenta que ele não comprovou vínculo com o PRTB dentro do prazo exigido pela legislação e aponta que, em abril, aparecia publicamente como filiado ao União Brasil.

A equipe de Marçal informou que os advogados analisavam as medidas cabíveis e afirmou esperar que a decisão fosse revista.